



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 041/2025

EMENDA Nº ____/2025 – TIPO: Modificativa

Autoria: VEREADOR RAFAEL PRIMO

Nos termos do art. 215 e seguintes do Regimento Interno, e, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos do §9º do art. 166 da Constituição da República, o Vereador propõe a seguinte emenda:

Acresça-se o Art. 191-C à Lei nº 3.375, de 14 de novembro de 1997, a ser incluído no art. 2º do Projeto de Lei nº 041/2025, com a seguinte redação:

“Art. 191-C. A qualificação do contribuinte como devedor contumaz será precedida de processo administrativo fiscal instaurado para este fim específico, que será iniciado com a prévia notificação do sujeito passivo de que trata o § 1º do art. 191-A, e observará, no mínimo, as seguintes garantias:

I – Indicação dos créditos tributários que dão causa ao enquadramento como devedor contumaz;

II – Fundamentação das decisões, com indicação precisa dos elementos de fato e de prova que justificam a medida; e

III – concessão de prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da notificação, para:

a) regularizar a situação dos créditos tributários, por meio do pagamento do montante integral, do parcelamento ou da demonstração de patrimônio conhecido em valor igual ou superior aos créditos tributários que motivaram a sua notificação; ou

b) apresentar defesa com efeito suspensivo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa em face da notificação prévia de caracterização como devedor contumaz.

§ 1º Caso o sujeito passivo não regularize a sua situação nem apresente defesa no prazo previsto no inciso III do caput deste artigo, será declarado revel e caracterizado como devedor contumaz, aplicando-se lhe, no que couber, as penalidades previstas no art. 191-B desta Lei.

§ 2º O enquadramento como devedor contumaz e as consequentes medidas aplicadas poderão ser reavaliadas por meio de pedido fundamentado de interessado que demonstre





a cessação dos motivos que o tenha justificado, inclusive com base em caso fortuito ou de força maior.

§ 3º As confederações sindicais patronais de âmbito nacional poderão impugnar a qualificação de devedor contumaz de seus membros e representados até a prolação de decisão na primeira instância administrativa.

§ 4º O processo administrativo de que trata este artigo poderá abranger vários devedores relacionados entre si, assegurada a análise individualizada do preenchimento dos requisitos previstos nesta Seção.

§ 5º As disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), aplicam-se subsidiariamente ao processo de que trata este artigo.

§ 6º Na hipótese de pagamento ou de negociação das dívidas pelo devedor, o procedimento será:

- I – encerrado, se houver pagamento integral das dívidas; ou*
- II – suspenso, se houver negociação integral das dívidas e regular adimplemento das parcelas devidas.” (NR)*

Velha, 19 de dezembro de 2025.

RAFAEL PRIMO TURRA
VEREADOR DE VILA VELHA





JUSTIFICATIVA

A institucionalização do devedor contumaz deve, precipuamente, objetivar o atingimento da criação de empresas fraudulentas, que surgem com o fito principal de promover a sonegação fiscal, notadamente as famigeradas empresas veículo ou as constituídas com pessoas interpostas.

A qualificação de um contribuinte como devedor contumaz não pode resultar de um ato unilateral praticado pela Administração, mas, sim, deve ser precedido de um devido processo legal, onde o contribuinte tenha oportunidade de apresentar, em sua defesa, as razões que levaram à sua inadimplência tributária, com a garantia do contraditório e ampla defesa, sem essa previsão, esse dispositivo é inconstitucional, por negativa de vigência aos incisos LIV e LV do art. 5º da CF/88.

Na esteira da doutrina nacional mais abalizada e dos anteprojeto e projetos de lei atualmente em trâmite no Congresso Nacional, o contribuinte deve ser consagrado como sujeito de direitos e deveres, e consolidar a proposta a que a Comissão se ateve, de redefinir a relação fisco-contribuinte, promovendo um novo paradigma de confiança e cooperação mútua.

O ideal seria aproveitar este momento de debate de reformulação do Código Tributário Municipal para se ampliar o debate e liquidar, ou pelo menos mitigar, os amplos problemas que atualmente enfrentam os contribuintes e as administrações tributárias na adoção de medidas de transparência e relacionamento cooperativo.

Isso seria possível mediante a implementação de um sistema de indução do contribuinte à satisfação do crédito, antes ou concomitantemente à propositura da execução e de um programa de premiação de contribuintes regulares e escassa utilização de meios adequados de solução de conflitos tributários.

Ao invés disso, a redação originária deste Projeto de Lei compartilha a miope visão histórica da Fazenda de focar em mecanismos coercitivos, e, para além disso, reduz a aplicação do instituto do devedor contumaz ao sujeito passivo a um ato unilateral da Administração, sem a instauração de um processo administrativo fiscal especificamente para este fim, com o devido respeito à Constituição e à Legislação Tributária.

Nesse sentido, acreditando ser imprescindível que a novel legislação introduza o regramento procedimental próprio para a qualificação de determinado sujeito passivo como devedor contumaz, lhe oportunizando a possibilidade de regularização do respectivo débito fiscal ou de promover a respectiva defesa, momento em que poderá diferenciar-se daqueles fraudadores e evasores cujo combate é o objetivo central da proposta.



Vila Velha, 19 de dezembro de 2025.

RAFAEL PRIMO TURRA
VEREADOR DE VILA VELHA



CÂMARA MUNICIPAL DE
VILA VELHA



📄 **cnpj: 56.754.493/0001-00**

✉ **rafael.primo@cmvv.es.gov.br**

📍 **Rua Antônio Araújo, 686**

🌐 **cmvv.es.gov.br**

📍 **Centro / Vila Velha - Brasil**

📞 **ouvidoria: 27 99249-0555**

Autenticar documento em <https://vilavelha.sp.onl.gov.br/autenticidade>
com o Identificador 3200390030903400350034003A005000. Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200390030003400350034003A005000

Assinado eletronicamente por **VEREADOR RAFAEL PRIMO** em 21/12/2025 23:59

Checksum: **7CAD4F3CBE52717BEA818A49639BDF870BE30CE794D9DD04B699A07C850ED13**



Autenticar documento em <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> com o identificador 3200390030003400350034003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.